Carriço e a construção de ligações dedicadas ao transporte de gás natural entre a península Ibérica e o centro da Europa.

A criação da EGREP e a forma definida para se assegurar o nível de reservas obrigatórias de produtos petrolíferos coloca Portugal em linha com as exigências definidas na Directiva n.º 98/93/CE.

5 — Sustentabilidade da estratégia energética

A aposta nas energias renováveis, para além da produção de energia, gera um conjunto de externalidades positivas ligadas ao ambiente, à criação de riqueza e emprego e ao equilíbrio da balança comercial. Estas externalidades serão progressivamente internalizadas no cálculo das tarifas de forma a manter um custo da energia competitivo.

Será criado um fundo de equilíbrio tarifário que contribua para gerir o impacto da produção renovável nas tarifas. As receitas deste fundo advirão, entre outras, de parte das receitas da venda das licenças de emissão de CO₂, a adquirir pelo sector eléctrico, de limites à remuneração das centrais hídricas nos anos de baixa hidraulicidade e elevados preços e outras receitas que lhe sejam legalmente atribuídas.

Outro dos vectores da sustentabilidade económica é a introdução de mais concorrência no sector, que passará também pela eliminação das tarifas de venda ao consumidor final, em conformidade com as directivas europeias. Este processo será concretizado de forma gradual, em articulação com as dinâmicas de mercado, acautelando a competitividade da indústria nacional e a introdução de uma tarifa social regulada para os consumidores domésticos mais vulneráveis.

O aumento da produção renovável, nomeadamente da produção eólica, exige uma gestão pró-activa da sustentabilidade técnica do sistema. Com efeito, a maior concentração da produção eólica nos períodos de menor consumo obrigam à existência de soluções que alisem o diagrama de consumo.

Numa primeira fase, esse alisamento será conseguido através do aumento da potência hídrica com capacidade reversível, que ajudará a integrar o aumento da produção eólica. A médio prazo, serão os projectos das redes inteligentes e da mobilidade eléctrica que contribuirão para a transferência de consumos de períodos de cheia e de ponta para períodos de vazio.

O reforço das interligações continuará a ser uma prioridade, uma vez que Portugal, com esta estratégia, passará a ser exportador nos períodos de hidraulicidade média e alta mas continuará a importar em anos secos.

As alterações climáticas estão identificadas como uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na actualidade.

Esta estratégia garante a progressiva descarbonificação da economia portuguesa. A produção de electricidade a partir de energias renováveis implicará, em 2020, uma redução adicional das emissões de 10 milhões de toneladas de CO₂. Adicionalmente, as medidas associadas à eficiência energética evitarão a emissão, segundo estimativas preliminares, de cerca de 10 milhões toneladas de CO₂. Assim, com esta estratégia, Portugal dará passos muito significativos para o cumprimento dos objectivos de redução de emissões a que está comprometido.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2010

O Governo definiu como prioridade estratégica para o País, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2008, de 30 de Julho, a promoção do investimento em redes de nova geração. Para a concretização de tal objectivo, revelou-se essencial dotar o País com redes de comunicações

mais avançadas, com serviços mais inovadores e modalidades mais diversificadas que permitam o acesso à sociedade da informação por parte das famílias e das empresas.

Nas zonas rurais — com natureza mais remota, com mais baixa densidade populacional e com menores índices de rendimento *per capita* — o livre funcionamento do mercado revelou grande dificuldade em assegurar uma oferta alargada de serviços de comunicações electrónicas, não sendo expectável que, relativamente a tais zonas, se viesse a verificar um cenário diferente.

Nesse contexto, foram lançados cinco concursos públicos tendo em vista a instalação, a gestão, a exploração e a manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade nas zonas rurais, a saber:

- i) Concurso público para a instalação, gestão, exploração e manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na zona Centro;
- ii) Concurso público para a instalação, gestão, exploração e manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na zona Norte;
- iii) Concurso público para a instalação, gestão, exploração e manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade nas zonas do Alentejo e do Algarve;
- iv) Concurso público para a instalação, gestão, exploração e manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na Região Autónoma dos Açores; e
- v) Concurso público para a instalação, gestão, exploração e manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na Região Autónoma da Madeira.

Assim:

Nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Ratificar todos os actos referentes aos procedimentos dos concursos públicos para a instalação, gestão, exploração e manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na zona Centro, na zona Norte, nas zonas do Alentejo e do Algarve, na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente:

- a) O acto de abertura dos cinco procedimentos e a aprovação das respectivas peças;
- b) A nomeação do júri dos cinco procedimentos, bem como a delegação de competências no mesmo;
- c) O acto de selecção das propostas para a fase de negociações relativamente aos concursos públicos para a instalação, gestão, exploração e manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na zona Centro, na zona Norte, nas zonas do Alentejo e do Algarve e na Região Autónoma dos Açores;
- d) O acto de adjudicação das propostas relativamente aos concursos públicos para a instalação, gestão, exploração e manutenção das redes de comunicações electrónicas de alta velocidade na zona Centro, na zona Norte e nas zonas do Alentejo e do Algarve;
- e) O acto de delegação, no Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e Comunicações, de todos os poderes e competências necessários para a prática de todos os actos respeitantes aos procedimentos dos cinco concursos públicos, constante dos despachos n.ºs 3036/2010, de 17 de Fevereiro, 3037/2010, de 17 de Fevereiro, 3038/2010, de 17 de Fevereiro, 4975/2010, de 19 de Março, e 4976/2010, de 19 de Março.

2 — Delegar, com a faculdade de subdelegação, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, no Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a competência para a prática de todos os actos a realizar no âmbito dos procedimentos identificados no número anterior, designadamente o acto de selecção das propostas para a fase de negociações no procedimento referente à Região Autónoma da Madeira e o acto de adjudicação nos procedimentos referentes às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como a aprovação das minutas dos contratos a celebrar e a representação da entidade adjudicante na correspondente assinatura relativamente aos cinco concursos.

3 — Autorizar a realização da despesa no âmbito da execução dos contratos referentes aos concursos públicos identificados no n.º 1, até ao montante máximo de € 115 000 000, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado.

4 — Determinar que a despesa referida no número anterior é financiada com recurso a fundos comunitários.

Presidência do Conselho de Ministros, 1 de Abril de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2010

O Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2009, de 27 de Janeiro, sujeitou a medidas preventivas as áreas abrangidas pelos troços Lisboa-Vila Franca de Xira, Alenquer-Pombal e Oliveira do Bairro-Porto do empreendimento público relativo à ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e o Porto, com o objectivo de assegurar a manutenção das condições necessárias para a programação e execução do projecto e de forma a evitar a alteração das circunstâncias e condições existentes que tornassem a execução do referido empreendimento mais difícil ou onerosa.

O Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, fixou que as medidas preventivas tinham uma duração de em dois anos, com a possibilidade de prorrogação por mais um ano.

Atendendo que ainda não foi possível proceder à programação integral do empreendimento público para cuja salvaguarda foram aprovadas as medidas preventivas, dada a sua complexidade e, nomeadamente, as limitações decorrentes do atravessamento de áreas urbanas consolidadas, torna-se necessário prorrogar o seu prazo de vigência.

Porém, no contexto da dinâmica do processo, os traçados preliminares previstos para esta ligação foram entretanto objecto dos respectivos procedimentos de avaliação de impacte ambiental, que concluíram com a selecção de uma das alternativas de corredor propostas e com a emissão das respectivas declarações de impacte ambiental.

Consequentemente, algumas das áreas incluídas nos traçados preliminares constantes das plantas anexas ao Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, tornaram-se desnecessárias para assegurar a manutenção das condições exigidas para a programação e execução da ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e o Porto.

Deste modo, impõe-se a alteração dos traçados preliminares previstos para os troços Lisboa-Vila Franca de Xira e Oliveira do Bairro-Porto, tendo em atenção as respectivas declarações de impacte ambiental, e mantendo-se as áreas previstas no Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, no troço Alenquer-Pombal.

Foram consultados os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Aveiro, Caldas da Rainha, Estarreja, Leiria, Lisboa, Loures, Oliveira do Bairro, Ovar, Porto, Rio Maior, Vila Franca de Xira e Vila Nova de Gaia. Foi ainda promovida a consulta aos municípios de Albergaria-a-Velha, Azambuja, Cadaval, Espinho, Marinha Grande, Oliveira de Azeméis, Pombal, Porto de Mós e Santa Maria da Feira.

Assim:

Nos termos do n.º 9 do artigo 107.º, do n.º 2 do artigo 109.º e do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2002, de 10 de Dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Prorrogar por um ano o prazo de vigência das medidas preventivas estabelecidas pelo Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2009, de 27 de Janeiro.

2 — Definir que, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2009, de 27 de Janeiro, os traçados dos troços Lisboa-Vila Franca de Xira e Oliveira do Bairro-Porto da ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e o Porto são os que constam das plantas constantes do anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante.

3 — Determinar, quanto ao troço compreendido entre Lisboa e Vila Franca de Xira, que as áreas sujeitas às medidas preventivas são as constantes das plantas anexas à presente resolução e identificadas pelos desenhos com os números de ordem 01-004 a 04-004, as quais alteram e substituem as plantas anexas ao Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2009, de 27 de Janeiro, e identificadas com os números de ordem 01-004 a 04-004.

4 — Determinar ainda, no que concerne ao troço compreendido entre Oliveira do Bairro e o Porto, que as áreas sujeitas às medidas preventivas são as constantes das plantas anexas à presente resolução e identificadas pelos desenhos com os números de ordem 01-009 a 09-009, as quais alteram e substituem as plantas anexas ao Decreto n.º 7/2008, de 27 de Março, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2009, de 27 de Janeiro, e identificadas com os números de ordem 01-009 a 09-009.

5 — Depositar junto da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, das comissões de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competentes e dos municípios abrangidos os elementos cartográficos que permitam a identificação das áreas delimitadas nas plantas constantes do anexo à presente resolução, incluindo o respectivo levantamento aerofotogramétrico do território.

6 — Determinar que o empreendimento público projectado, que a presente resolução visa salvaguardar, deve desde já ser tido em conta na elaboração, alteração ou revisão de todos os instrumentos de gestão territorial com incidência nas áreas delimitadas.

7 — Estabelecer que a presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 8 de Abril de 2010. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.